

## CAPÍTULO XXVI

### Um Modelo Econômico Alternativo

Até 1973 o Brasil viveu um clima de milagre econômico, de grande desenvolvimento para poucos beneficiários. Agora vive um clima de redução relativa do excedente econômico e de escassez, em que os ordenados dos tecnoburocratas e a taxa de lucro dos capitalistas reduzem-se ou pelo menos crescem mais lentamente.

Esta situação reflete-se em desequilíbrios econômicos específicos — escassez de recursos do Governo, dívida externa e inflação, que se traduzem na redução da taxa de crescimento da economia. A solução destes problemas, entretanto, não significa uma volta ao modelo de desenvolvimento baseado em exportações e em ainda maior concentração de renda. O retorno a esse tipo de modelo não parece provável, devido a fatores políticos. Não só entre os trabalhadores, mas também entre amplos setores das camadas médias da população, desenvolveu-se uma consciência crítica contrária àquele desenvolvimento “milagroso” observado entre 1967 e 73.

Para muitos, entretanto, parece difícil imaginar qual seria a alternativa para o modelo de subdesenvolvimento industrializado, concentrador de renda e excludente, que tem caracterizado a economia brasileira. Alternativas, entretanto, existem que garantiriam ao mesmo tempo o retorno a elevadas taxas de crescimento e uma melhor distribuição da renda.

Uma destas alternativas implicaria em dois tipos de medida: a) modificação da política tributária, penalizando fortemente as camadas de renda alta — alta e média burguesia e alta e média tecnoburocracia; b) aumento dos salários percebidos pelos trabalhadores, sobretudo por via indireta, ao mesmo tempo que se contém, de forma administrativa, os ordenados dos altos tecnoburocratas.

O Governo, obtendo maior receita tributária, deverá realizar despesas em setores de trabalho altamente intensivo, ou seja, obras públicas e serviços como educação, saúde etc. O aumento da procura por trabalhadores implicará em aumento dos salários. Em conseqüência, haverá também estímulo para o desenvolvimento das indústrias produtoras de bens de consumo básico, que também empregam tecnologia trabalho-intensiva. Estará, assim, iniciado um processo de aumento tanto do volume total quanto da taxa de salários, já que crescerá a demanda por trabalhadores.

Além destas medidas, poderá haver uma política, sistemática mas cautelosa, de aumento administrativo dos salários reais, através da elevação do salário mínimo real. Esta cautela faz-se necessária para que não se repita o que aconteceu no Chile e em Portugal. Nestes países, o aumento rápido e brutal dos salários provocou o desequilíbrio econômico, acarretando uma inflação explosiva. E isto é perigoso, principalmente num país como o Brasil, que não tem os recursos que Portugal tinha em reservas internacionais.

Esta política, em suas linhas gerais, foi sugerida, já em 1968, por Celso Furtado, quando publicou o livro *Projeto para o Brasil*. Mas continua válida. A rigor é a única alternativa que temos ao modelo atual, porque permite uma maior ênfase na produção de bens de consumo dos trabalhadores.

Uma outra contribuição importante foi o modelo político-econômico proposto pelo Senador Roberto Saturnino Braga, cuja principal característica é a afirmação do papel do Estado, em termos de influência econômica, compatibilizado com um sistema político democrático e ampla desconcentração de renda.

Realmente, não há menor condição para o desenvolvimento no Brasil sem uma participação grande, e mesmo

crescente, do Estado. Porém, um Estado deste tipo requer o fortalecimento político da sociedade civil, ou seja, do povo organizado em sindicatos, partidos políticos, igrejas, clubes e os mais variados tipos de associações. Só este processo de vida associativa poderá garantir a democracia que é condição para padrões mais justos de distribuição da renda.

Para se alcançar tal objetivo, são desnecessários modelos econômicos e políticos acabados, perfeitamente delineados antecipadamente. Mais importante é o estabelecimento de um processo democrático, cujo ponto de partida seria uma Constituinte.

Os modelos econômicos e político sairiam da Constituinte e dos debates que se seguiriam, num processo mais lógico e mais maduro do que ficarmos preocupados em defini-los previamente. A idéia da definição prévia é uma estratégia conservadora. O medo do futuro leva à tentativa de se prolongar o presente.

*(O São Paulo, 25 de novembro de 1977.)*